



Fls. 1939
Processo nº
Setor: Procuradoria Jurídica
Visto:

ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

Processo: 01-1420.02113-0008/2016.

Assunto: Licitação, na modalidade Concorrência, autuada sob o n. 044/16/CPLO/ SUPEL/RO, para contratação de empresa especializada na construção e pavimentação asfáltica em CBUQ da Rodovia RO-005, trecho 5,0(Penitenciária)/Ramal Aliança, da estaca 700+0,00 à estaca 1.521+10,00, com extensão de 16,43km, Lote 02, no Município de Porto Velho.

PARECER n. 301/2016/LIC/PROJUR/DER-RO

Ementa: Direito Administrativo. Licitação. Concorrência n. 044/16/CPLO/SUPEL/RO. Construção e Pavimentação Asfáltica da Rodovia RO-005. Instruções Normativas n. 47/2016/ TCE-RO e n. 49/2016/TCE-RO. Licenciamento Ambiental. Reserva Orçamentária. Análise dos instrumentos convocatórios. Necessidade de Adequação. Aprovação Condicionada das Minutas.

1. Relatório.

Trata o presente procedimento administrativo de certame licitatório, cuja modalidade é a Concorrência, autuada sob o n. 044/16/CPLO/SUPEL/RO, objetivando a contratação de empresa especializada na construção e pavimentação asfáltica em CBUQ da Rodovia RO-005, trecho 5,0(Penitenciária)/Ramal Aliança, da estaca 700+0,00 à estaca 1.521+10,00, com extensão de 16,43km, Lote 02, no Município de Porto Velho.

Instruem os autos, dentre outros, os seguintes documentos:

Solicitação de Licitação, na qual consta a autorização para abertura do presente procedimento licitatório (fl. 02);

Memorando nº 1.023/COR/DER/RO (fl. 03);

Mapa de Situação (fls. 04/05);

Termo de Referência (fls. 06/23);

Planilha Orçamentária (fls. 24/30);

Cronograma físico-financeiro (fls. 31/32);



ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

BDI e Composições de Custos (fls. 33/180);
Declaração de Disponibilidade das Instalações/Equipamentos/Pessoal Técnico (fls. 181/182);
Origem dos Recursos CIDE – Programa 2016 (fls. 183/184);
Declaração de compatibilidade dos quantitativos (fls. 185/186);
Aprovação do Projeto Executivo pela Autoridade Competente (fl. 187);
Projeto Executivo de Engenharia (fls. 188/1879);
Nota de crédito nº 2016NC00689 (fl. 1882);
Declaração de Adequação Financeira (fl. 1883);
Licença Ambiental Prévia nº 016/DLA (fl. 1884);
Licença Ambiental de Instalação nº 059/DLA (fl. 1885);
Minuta do Contrato (fls. 1886/1892);
Check-List processual (fls. 1894/1895)
Comprovante de Publicação da Portaria n. 001/GAB/SUPEL, de 15 de janeiro de 2016 (fl.1899);
Edital de Concorrência nº 044/16/CPLO/SUPEL/RO (fls. 1900/1937);
Despacho encaminhando os autos para emissão de parecer jurídico (fl. 1938).

Vieram, então, os autos a esta Procuradoria Jurídica para análise dos instrumentos convocatórios, nos termos do disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

2. Da Modalidade de Licitação.

Nesse ponto, cumpre destacar que a modalidade de licitação escolhida para contratação do objeto (Concorrência) está adequada ao disposto no artigo 23, inciso I, alínea "c" da Lei n. 8.666/1993, pois o valor estimado para a execução dos serviços, nos termos da planilha orçamentária (fls. 25/30), está orçado em **R\$ 26.793.234,93** (vinte e seis milhões setecentos e noventa e três mil duzentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos).

3. Reserva Orçamentária.

A despesa decorrente desta licitação possui reserva orçamentária na Fonte de Recursos 229, Programa de Trabalho 26.782.1249.1386, Elemento de Despesa 44.90-51.



Fls.	1940
Processo nº	
Sector:	Procuradoria Jurídica
Visto:	

ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

Para assegurar a despesa foi emitida a Nota de Crédito 2016NC00689 (fl. 1882), no valor de R\$ 4.465.539,15 (quatro milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e trinta e nove reais e quinze centavos).

Ademais, em cumprimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar n. 101/2000, foi expedida a Declaração de Adequação Financeira juntada à fl. 1883.

Ocorre que, o valor estima para a contratação está orçado em R\$ 26.793.234,93 (vinte e seis milhões setecentos e noventa e três mil duzentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), nos termo da planilha orçamentária de fls. 24/30, e não há **informação de que o restante do valor da contratação está assegurado para o próximo exercício financeiro**, considerando que o prazo estipulado para conclusão da obra é de trezentos dias.

Diante disso, observa-se que a previsão orçamentária não está adequada ao estipulado no artigo 7º, § 2º, incisos III e IV, da Lei n. 8.666/1993, que determinam que as obras somente pode ser licitadas quando houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações delas decorrentes no exercício financeiro em curso e, quando for o caso, o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual.

Assim, reputa-se imperioso o saneamento dessa impropriedade.

4. Análise dos Instrumentos Convocatórios.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação tem por referência apenas os elementos constantes dos autos do processo administrativo epigrafado.

Desse modo, é atribuição desta Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo possível adentrar a análise da conveniência e da oportunidade da prática de atos administrativos e nem ainda manifestar-se sobre os aspectos de natureza eminentemente técnica, como especificação do objeto da contratação (obra de engenharia) e os preços constantes na planilha orçamentária.



ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

Isso porque, a responsabilidade de aferir a regularidade do disposto no termo de referência e procedimentos técnicos a serem realizados, bem como a compatibilidade dos preços orçados com os praticados no mercado, fica a cargo dos setores responsáveis respectivos.

Por fim, vale salientar que algumas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos é de responsabilidade exclusiva da Administração.

Nesse passo, passa-se à análise dos instrumentos convocatórios:

4.1. Do Projeto de Engenharia.

Cumprе consignar que esta Procuradoria não dispõe de mestria técnica no âmbito da engenharia para analisar o conteúdo do projeto executivo, de modo que a feitura da peça é de responsabilidade exclusiva do setor técnico. Assim, não cabe a este Setorial Jurídico se manifestar quanto aos aspectos técnicos do projeto, de sorte que se a peça apresentar qualquer inadequação ou incompletude não caberá a esta Procuradoria exarar qualquer juízo de valor a respeito.

Entretanto, observando a necessidade de regulamentar a adoção de normas técnicas adequadas nos projetos básicos e objetivando subsidiar o efetivo e regular exercício do controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia expediu as Instruções Normativas n. 49/2016/TCE-RO (dispondo acerca da obrigatoriedade de elaboração, guarda e disponibilização das informações e documentos técnicos administrativos relacionados a obras públicas e serviços de engenharia) e n. 47/2016/TCE-RO (a qual aprova o manual de boas práticas para projetos e obras públicas).

Por conseguinte, cabe a esta Procuradoria Jurídica orientar a Coordenadoria responsável pela elaboração e recebimento dos projetos de obras e serviços de engenharia a serem executados, direta ou indiretamente, por esta Autarquia sobre a necessidade dar cumprimento à instrução documental dos feitos, nos termos do que dispõe a Instrução



Fls.	1941
Processo nº	
Sector:	Procuradoria Jurídica
Visto:	

ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

Normativa n. 49/2016/TCE-RO, precipuamente ao estatuído no artigo 5º, bem como observar o estipulado no Manual de Boas Práticas para Projetos de Obras Públicas aprovado pela Instrução Normativa n. 47/2016/TCE-RO, notadamente os tópicos 2 (estudos preliminares) e 3 (projeto básico).

Por derradeiro, cumpre informar que a ocorrência de prejuízos para a execução da obra em razão do não atendimento ao estabelecido pela Corte de Contas é de inteira responsabilidade do setor encarregado da elaboração do projeto básico de engenharia.

4.2. Do Termo de Referência (fls. 06/23).

Ao analisar o conteúdo jurídico do Termo de Referência juntado às fls. 06/23, não se percebeu a existência de impropriedade capaz de macular a lisura do feito, de modo que o instrumento está apto a aprovação.

4.3. Do Edital de Concorrência nº 044/16/CPLO/SUPEL/RO (fls. 1900/1937).

Por sua vez, quanto ao teor do Edital de Concorrência n. 044/16/CPLO/SUPEL/RO (fls. 1900/1911), constatou-se a necessidade de proceder às adequações abaixo relacionadas:

a) Preâmbulo: Retificar a indicação do regime de execução para que passe a constar “empreitada por preço unitário”, conforme estabelece o item 6.1 do Termo de Referência e o item 6 do Edital;

b) Item 6: Retificar a grafia da palavra unitário.

c) Item 14: Retificar a numeração dos itens 14.5 e 14.6, pois seu conteúdo permite identificá-los como subitens do item 14.4. Sugere-se a identificação como subitens 14.4.1 e 14.4.2 e a retificação da numeração os itens subsequentes.



ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

d) Item 15: Incluir entre a documentação exigida para a habilitação a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (trabalho do menor), nos termos do estabelecido no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/1993. ✓

e) Item 15.1: Retificar a identificação dos subitens de modo que obedçam a ordem sequencial. ✓

f) Item 15.3: Retificar a identificação dos subitens de modo que obedçam a ordem sequencial. ✓

g) Item 16.1.2: Retificar a identificação das alíneas “g” e “h”, pois seu conteúdo permite identificá-las como subitens da alínea “f”. Além disso, deve ser retificada a identificação das alíneas subsequentes. ✓

h) Item 19.2: Sugere-se a exclusão das alíneas “c” e “d”, haja vista que apenas repetem o conteúdo das alíneas “b.1” e “b.2”. Além disso, deve ser retificada a identificação das alíneas subsequentes. ✓

i) Item 22: Retificar a indicação dos subitens de modo que obedçam a ordem sequencial. ✓

j) Item 25.1.1: Considerando o apontado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia na análise do Edital de Concorrência n. 32/16/CPLO/SUPEL/RO (Processos nº 2.945/2016 e nº 3.301/2016), sobre a necessidade de esclarecer a data-base para eventual reajuste contratual;

Considerando o decidido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 474/2005, no sentido de que o reajuste tem como marco inicial a data da proposta ou do orçamento, de acordo como o previsto no edital, conforme se lê:

Enunciado: O marco inicial, a partir do qual se computa o período de um ano para a aplicação de reajustamento previsto em edital, é a data da apresentação da proposta ou a do orçamento a que a proposta se referir, de acordo com o previsto no edital.

Excerto:

[ACÓRDÃO]

9.1.1. a interpretação sistemática do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, do art. 3º, § 1º, da Lei 10.192 e do art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/93 indica que o marco



Fls. 1946
Processo nº
Setor: Procuradoria Jurídica
Visto: [assinatura]

ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

inicial, a partir do qual se computa o período de um ano para a aplicação de índices de reajustamento previstos em edital, é a data da apresentação da proposta ou a do orçamento a que a proposta se referir, de acordo com o previsto no edital.

9.1.2. na hipótese de vir a ocorrer o decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual, o procedimento de reajustamento aplicável, em face do disposto no art. 28, § 1º, da Lei 9.069/95 c/c os arts. 2º e 3º da Lei 10.192/2001, consiste em firmar o contrato com os valores originais da proposta e, antes do início da execução contratual, celebrar termo aditivo reajustando os preços de acordo com a variação do índice previsto no edital relativa ao período de somente um ano, contado a partir da data da apresentação das propostas ou da data do orçamento a que ela se referir, devendo os demais reajustes ser efetuados quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre desse marco inicial, sendo necessário que estejam devidamente caracterizados tanto o interesse público na contratação quanto a presença de condições legais para a contratação, em especial: haver autorização orçamentária (incisos II, III e IV do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/93); tratar-se da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º da Lei 8.666/93); preços ofertados compatíveis com os de mercado (art. 43, IV, da Lei 8.666/93); manutenção das condições exigidas para habilitação (art. 55, XIII, da Lei 8.666/93); interesse do licitante vencedor, manifestado formalmente, em continuar vinculado à proposta (art. 64, § 3º, da Lei 8.666/93);

9.1.3. não é cabível a correção monetária das propostas de licitação, vez que esse instituto visa a preservar o valor a ser pago por serviços que já foram prestados, considerando-se somente o período entre o faturamento e seu efetivo pagamento, consoante disposto nos arts. 7º, § 7º; 40, XIV, 'c'; e 55, III, da Lei 8.666/93;

9.2. por entender tratar-se de questão sobre reajustamento contratual, considerar prejudicado o quarto quesito constante da consulta, uma vez que a indagação já foi respondida na análise da primeira questão, que tratou da regra geral dos reajustes;

Considerando o disposto no artigo 3º, § 1º, da Lei nº 10.192/2001 e no artigo 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993;

Sugere-se a revisão da redação do item 25.1.1 para que passe a constar:

“Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 2º, §1º c/c o art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001), caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro do prazo da vigência contratual e desde que transcorrido o período de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta no certame licitatório. Nesses casos, o índice aplicável para o cálculo do reajuste será o utilizado pelo DNIT, para o setor Rodoviário, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, por meio da seguinte fórmula:” (repetir a fórmula já indicada no item 25.1.1).

Consigna-se, ainda, que as previsões editalícias quanto às condições de habilitação das empresas participantes mostram-se adequadas à modalidade e ao objeto da licitação, bem como se coadunam com o disposto nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993.



ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

Ademais, o instrumento convocatório contém as cláusulas essenciais previstas no artigo 40 da Lei n. 8.666/1993, quais sejam:

- descrição sucinta e clara do objeto (item 8);
- prazos e condições para assinatura dos instrumentos (item 23) e para execução do contrato (item 9);
- sanções para o caso de inadimplemento (itens 26.3 a 26.5);
- local onde podem ser adquiridos os instrumentos convocatórios – projetos básico e executivo (item 4);
- condições para participação na licitação (itens 12.1 e 15);
- forma de apresentação das propostas (itens 14 e 16);
- critério para julgamento (item 17);
- informação em relação aos locais e horários em que serão fornecidos esclarecimentos sobre a licitação (item 7);
- critério de aceitabilidade dos preços (item 19);
- critérios de reajuste (item 25);
- limites para pagamento de instalação de mobilização (item 22.4.2);
- condições de pagamento (item 24);
- instruções para os recursos (itens 13, 26.1 e 26.2);
- condições de recebimento do objeto (item 22.7);
- o edital está datado, rubricado e assinado pela autoridade que o expediu.

4.4. Da Minuta do Contrato (fls. 1886/1892).

Por seu turno, quanto à Minuta do Contrato juntada às fls. 1886/1892, observou-se a necessidade de realizar as seguintes adequações:

a) **Cláusula primeira, parágrafo primeiro:** Excluir a expressão “edital da concorrência pública n. ...” da alínea “a”, haja vista que já mencionada no *caput* do parágrafo a vinculação ao Edital da Licitação. Sugere-se a seguinte redação para a alínea a: “à proposta do licitante vencedor e aos documentos que a integrarem e acompanharem”.

b) **Cláusula terceira, parágrafo quarto:** Nos termos da fundamentação constante na letra j do tópico 4.3 deste parecer, sugere-se a revisão da redação dessa cláusula.



ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

Ademais, verifica-se que a minuta contratual contém as demais cláusulas obrigatórias previstas no artigo 55 da Lei n. 8.666/1993, quais sejam:

- objeto e seus elementos característicos (cláusula primeira);
- regime de execução (cláusula segunda);
- preço (cláusula terceira);
- condições de pagamento (cláusula quinta);
- critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços (cláusula terceira, parágrafo quarto);
- critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento (cláusula quinta, parágrafo segundo);
- prazo de início das etapas e da conclusão (cláusula sexta);
- crédito pelo qual correrá a despesa (cláusula quarta);
- garantias oferecidas para assegurar a plena execução do contrato (cláusula sétima);
- direitos e responsabilidades das partes (cláusulas nona e décima);
- penalidades cabíveis e valores das multas (cláusulas décima quarta a décima sexta);
- casos de rescisão (cláusula vigésima);
- reconhecimento dos direitos da administração no caso de rescisão administrativa (cláusula décima sétima);
- vinculação ao edital de licitação e à proposta vencedora (cláusula primeira, parágrafo único, alínea a);
- legislação aplicável aos casos omissos (cláusula vigésima segunda);
- obrigação de o contratado manter, durante a execução, as condições de habilitação e qualificação (cláusula nona, item 9.17); e,
- indicação do foro da sede da Administração para dirimir as questões contratuais (cláusula vigésima terceira).

5. Do Licenciamento Ambiental.

A fim de dar cumprimento aos artigos 6º, inciso IX, 7º, § 2º, inciso I, e 12, inciso VII, ambos da Lei n. 8.666/1993, na hipótese de a obra a ser contratada resultar em impacto ambiental, é obrigação desta Autarquia promover o respectivo licenciamento ambiental.

Nessa seara, consta nos autos a Licença Ambiental Prévia nº 016/DLA (fl. 1884) e a



ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

Licença Ambiental de Instalação nº 059/DLA (fl. 1885), expedidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Município de Porto Velho.

Desse modo, é forçoso concluir que o órgão ambiental, quando consultado, manifestou-se pela viabilidade ambiental da obra a ser contratada.

6. Das Demais Constatações.

Compulsando os autos verificou-se que:

a) **não foi juntado o comprovante de publicação do ato de designação da comissão de licitação**, fato esse que vai de encontro ao estipulado no artigo 38, inciso III, da Lei n. 8.666/1993.

Assim, deve ser sanada a impropriedade ora apontada, com a devida certificação nos autos.

7. Da Aprovação Condicionada Das Minutas.

Os autos aportaram nesta Procuradoria para manifestação quanto às minutas dos instrumentos convocatórios. Na presente análise, verificou-se a necessidade de proceder a adequações, como relatado nos tópicos 3, 4.3, 4.4 e 6.

Por outro lado, se as alterações acima apontadas forem atendidas, não restará nenhum fato que possa comprometer o presente procedimento. Ademais, considerando que os princípios da eficiência, celeridade e economicidade processuais devem ser prestigiados, pugna-se pela aprovação, de forma condicionada, das minutas dos instrumentos analisados.

Cumpre, todavia, ponderar que, em que pese o caráter opinativo da presente manifestação, se a não observância das alterações propugnadas neste parecer vier a ocasionar prejuízos à tramitação e a regular conclusão da licitação, dever-se-á apurar a responsabilidade dos agentes responsáveis pelos procedimentos.



ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCURADORIA JURÍDICA

Por oportuno, caso não acolhidos os apontamentos feitos por este órgão de consultoria jurídica, podem os setores responsáveis carrear os autos com as justificativas técnicas para tanto.

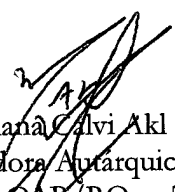
8. Conclusão.

Por todo o exposto, procedida à análise jurídica, opina-se pelo saneamento das impropriedades apontadas neste parecer (tópicos 3, 4.3, 4.4. e 6), como condição para aprovação dos instrumentos convocatórios da Concorrência n. 044/16/CPLO/SUPEL/RO.


Em prestígio aos princípios da economicidade e de eficiência, procedidas às necessárias modificações ou apresentadas as justificativas pertinentes, o processo deve seguir seu curso normal sem a necessidade de retornar a esta Procuradoria.

É o parecer que se submete à consideração superior.

Porto Velho, 06 de outubro de 2016.


Mariana Calvi Akl Monteiro
Procuradora Autárquica - DER/RO
OAB/RO n. 5721

Acolho o Parecer:


Iseguiel Neiva de Carvalho
Diretor Geral do DER/RO

